

SE



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 180

TERÇA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12681
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12686
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	12686
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12706
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	12727
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	12732
ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
— Conselho Federal.....	12732
EDITAIS E AVISOS.....	12732

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

PORTARIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1991

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA,

**R E S O L V E** nomear, nos termos do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 47, do Regulamento da Secretaria, o Bacharel **GALBA MENEGALE**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, Código STF-DAS-102.5, vago em decorrência da exoneração de Yordan Cirilo.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

### ÍNDICE DE ADVOGADOS

INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO	1 0004595-8/240
NELSON SALES	1 0004596-6/240
ROZANY FATIMA GARCIA DE REZENDE	1 0000583-9/600
RUY DE OLIVEIRA BARBOSA	1 0021374-4/160
SERGIO ERNESTO KOPP	1 0004597-4/240

### DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1991, PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 55, RISTF).  
ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0068737-27130 RS  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
IMPTE : CLEUNER OLSEN E OUTRO  
COATOR : TRIBUNAL MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PACTE : HELIO PAZ ALVES

HC 0068731-1/130 RJ  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
IMPTE : PAULO EDMUNDO AUGUSTO LOPES  
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PACTE : DJALMA DE JESUS AIRES

MS 0021374-4/160 DF  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
IMPTE : JOSE SEVERINO DA SILVA FELINTO  
ADV. : RUY DE OLIVEIRA BARBOSA  
IMPDO : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SF 0004595-8/240 \*\*  
REOTE : FRANK MATTHIAS SCHURERT  
ADV. : INEMAR BAPTISTA PENNA MARINHO E OUTRO  
REDOO : ASTRID SCHURERT  
REGISTRADO

SF 0004596-6/240 \*\*  
REOTE : FLOPIANO CARLOS PEREIRA  
ADV. : NELSON SALES E OUTRO  
REDOO : UELIA ELENA BRUN MASULLO  
REGISTRADO

SF 0004597-4/240 \*\*  
REOTE : LEILA KIBPIRO DA CUNHA  
ADV. : SERGIO ERNESTO KOPP E OUTRO  
REDOO : STEEN MESKOV  
REGISTRADO

ADIN 0000583-9/600 DF  
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO  
REOTE : ASMR-ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MILITARES DA RESERVA REMUNERADA, REFORMADOS E PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS  
ADV. : ROZANY FATIMA GARCIA DE REZENDE  
REDOO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REDOO : CONGRESSO NACIONAL  
DISTRIBUÍDO PTK PREVENÇÃO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	3			3
MIN. MOREIRA ALVES		2		2
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
MIN. ILMAR GALVÃO		1		1
TOTAL	3	4		7

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....  
DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....  
ALDA VILLAS BRAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 13 de setembro de 1991.

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
Presidente

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

AÇÃO ORIGINÁRIA (EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO) Nº 00000483/320

Origem : MATO GROSSO  
Relator : MINISTRO MOREIRA ALVES

Excepciontes: Luiz Gonzaga Nogueira Barbosa e outro (Adv.: Clécio Ribeiro e outros). Exceção: Juiz de Direito da Comarca de Nobres.

DESPACHO: - Desentranhe-se a carta de ordem a fls. 266 e seguintes, para sua devolução ao Juízo de Direito da Vara Cível da



Comarca de Nobres (MT), com ofício em que se esclareça que essa restituição se dá para que ela seja cumprida corretamente, uma vez que, por equívoco, não foram intimadas as testemunhas a que diz respeito a referida Carta de Ordem e que são as que foram arroladas pelo excepto Dr. Sinval Pereira dos Santos (os Srs. Marcos Antônio de Melo Chaves, Orlando Custódio Maciel, Ariano da Silva e Euler Maciel de Menezes).

Brasília, 05 de setembro de 1991.

Ministro MOREIRA ALVES  
Relator

AR 1.338-7-DF

Autor: Levi Strauss e Co. (Adv.: Carlos Henrique de C. Frões e outros). Réu: Inbrajeans Indústria Brasileira de Jeans Ltda.

DESPACHO:

1. A folha 196 consignei a devolução da carta de ordem expedida, porquanto a Ré não foi encontrada no endereço indicado na inicial. Instei a Autora a informar a nova localização. A petição de folha 199 contém a notícia de que a Autora vem diligenciando para encontrar o novo endereço da acionada.

2. Aguarde-se a providência cabível.

3. Publique-se.

Brasília, 5 de setembro de 1991.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA

Nº 00013417/030

Origem : DISTRITO FEDERAL  
Relator : MINISTRO PAULO BROSSARD  
Autor : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS VENDEDORES DE JORNAIS E REVISTAS E EMPREGADOS EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS (Adv.: Marta Maria Monaco Meireles)  
Réu : BLOCH EDITORES S/A E OUTRO E FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S/A E OUTROS

DESPACHO: Vistos, etc.

Trata-se de ação rescisória, deduzida com fundamento no art. 485, V, e 486 do CPC, que objetiva desconstituir acórdão proferido por esta Egrégia Corte em agravo regimental interposto de despacho que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 134.718-0-DF. Eis a ementa:

" Agravo Regimental

- Falta de prequestionamento da questão constitucional relativa a direito adquirido (Súmulas 282 e 356).  
- Ocorrência de prestação jurisdicional por parte do TST, que se deu por competente e teve por extinto o processo sem julgamento de mérito.

- Saber se, no caso, ficou, ou não, provada a relação de emprego é questão que envolve reexame de prova, não se prestando para isso o recurso extraordinário (súmula 279).

Agravo regimental que se nega provimento."

Os fundamentos do pedido não são suficientemente claros, mas se pode depreender da inicial que a requerente volta-se contra a decisão do TST que, ao declarar extinto o processo, não julgou o mérito da demanda.

2. A petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283 do CPC, e nem se fez acompanhar da guia do depósito, exigido pelo art. 488, II, do mesmo estatuto processual.

Se não bastasse, reiterada é a jurisprudência que não cabe ação rescisória, perante o STF, de acórdão que mantém despacho não admitindo apelo extraordinário, porque não se trata de decisão de mérito a que se refere o "caput" do art. 485 do CPC.

3. Ante o exposto, indefiro a inicial.  
Intime-se.

Brasília, 9 de setembro de 1991.

Ministro PAULO BROSSARD  
Relator

ACAO RESCISORIA

AR NR. 1342-5/030 - DF  
DISTRIBUIDO 03/09/91 RELATOR MIN. NERI DA SILVEIRA

AUTOR ALDO MORLLE JUNIOR  
ADV. NILZA MORAIS  
REU VIACAO AEREA SAO PAULO S/A-VASP

DESPACHO:

Cite-se a ré, mediante carta de ordem.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Relator

Em consequência fica o requerente intimado a providenciar a extração da Carta de Ordem.

PETICAO

PET NR. 502-3/170 - DF  
DISTRIBUIDO 08/08/91 RELATOR MIN. NERI DA SILVEIRA

RQTE SERGIO NAYA  
ADV. PEDRO GORDILHO  
RQDO AGUSTINHO VALENTE

DESPACHO:

Ciência ao requerente dos termos do telegrama, de fls. 68.

Brasília, 5 de setembro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Relator

SE 4.514-1 - República Federal da Alemanha  
Repte.: Olga Konig ou Olga Charnoski (Adv.: Marcio Lucio Marques e outros). Reqdo.: Dietmar Helmut Konig.

DECISAO: - Atenda a rquerente, em 60 (sessenta) dias, a diligência requerida pelo Ministério Público federal às fls. 20 (art. 219, parágrafo único do RISTF).

Int.  
Brasília, 10 de setembro de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

SE 4.517-6 - República Federal da Alemanha

Repte.: Lindinalva Lopes Bombinho ou Lindinalva Bombinho Pohl (Adv.: Regina Pelosi Silva e outro). Reqdo.: Hans Jurgen Rainer Pohl.

DECISAO - Concedo a prorrogação requerida de fls. 33.  
Int.  
Brasília, 06 de setembro de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente

SE 4.527-3 - República Federal da Alemanha  
Repte.: Joachim Klaus Peter Maak (Adv.: Ricardo Rene Del Planta Maccori). Reqdo.: Dagmar Klara Hildegard Maak.

DECISAO: - Atenda o requerente, em 60 (sessenta) dias, a diligência requerida pelo Ministério Público federal às fls. 32 (art. 219, parágrafo único do RISTF).

Int.  
Brasília, 10 de setembro de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES  
Presidente



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046  
Telex: (061) 1356 DIMN BR  
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 16.434,00	Cr\$ 8.118,00	Cr\$ 29.766,00	Cr\$ 16.434,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/339/314/317/328/325/308  
Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.



e independência de Juiz, bem como a determinação de que sejam publicadas as informações ao Exmº Sr. Juiz Relator, na forma prevista no inciso V, do Artigo 5º, da Constituição Federal.

O Requerido apresentou as informações solicitadas, conforme se constata do Ofício nº 001/91, acostado às fls. 42/54.

É o relatório.

#### DECIDIDO:

Pretende o magistrado Reclamante, Juiz Presidente da 1ª JCI de Sete Lagoas, que a publicação no Diário Judiciário de Minas Gerais, do despacho através do qual o Reclamado, Juiz do TRT da 3ª Região, Relator do mandado de segurança contra ele ajuizado, do qual juntou o exemplar de fls. 07, resultou em ofensa, ameaça à autoridade e humilhação para o Requerente, sobretudo porque o Juiz Relator do mandado não mandou publicar também as informações que lhe prestou, o que lhe estaria assegurado pelo inciso V, do Artigo 5º, da Constituição Federal vigente.

O despacho em apreço é o que consta da publicação juntada pelo próprio Reclamante às fls. 07, que saiu na edição do Diário Judiciário do Estado de Minas Gerais de 02/04/91, página 64, que está vazado nos seguintes termos, verbis:

"Vistos, etc. Recebi os autos para despacho por volta das 18:00 horas de hoje, ao término do expediente da Justiça e às vésperas do início do recesso da Semana Santa, já que o retorno às atividades ocorrerá na próxima 2ª feira, dia 1º de abril. O Impetrante ingressou com petição, na tarde do dia 26 de março, dizendo que ao impetrar o mandamus havia a autoridade coatora já expedido mandado de entrega do veículo que havia sido praxeado. Foi deferida a liminar, determinando a sustação do prosseguimento do agravo de petição interposto pelo Impetrante, bem como qualquer eventual remoção de bem até a decisão final da medida extrema. Esclarece que o veículo foi entregue ao arrematante antes mesmo da concessão da liminar, como havia informado no ato de sua interposição. Diz ainda que ao deferir a liminar sustentando a entrega do bem ou eventual remoção, abrange inclusive a que foi realizada no interregno, e que, informado o MM. Juiz sobre a liminar, este deixou com o Diretor de Secretaria da Junta uma ordem para não devolver o veículo, sob a argumentação de que fora feita antes da liminar e tal ordem teria sido dada porque na Semana Santa não há audiência em Sete Lagoas e, como consequência, o MM. Juiz não ia comparecer à Junta. Entendeo Impetrante que o Juiz está descumprindo a liminar, mesmo porque na inicial já mencionara tal fato, da iminente possibilidade de remoção. Pede a imediata devolução do veículo, que ficará como depositário, fazendo assim cumprir a liminar e que seja oficiado ao Diretor de Secretaria para determinar tal devolução, através da Oficial de Justiça, pois não há audiência na Semana Santa e o MM. Juiz lá não está comparecendo. Fundado no conteúdo da petição, para uma apuração regular, face à gravidade do conteúdo do pedido, atendendo a que, quando da concessão da liminar, foi exatamente evitar que, pendendo de agravo de petição, a decisão proferida em embargos de terceiro, a entrega do bem ao arrematante, sem esgotar os recursos pertinentes e nem o mandamus, poderia causar danos irreparáveis ao Impetrante, determinei que meu Assessor fizesse contato com a ilustre autoridade coatora e ao Diretor da Secretaria da 1ª JCI de Sete Lagoas, quanto ao conteúdo da petição e o cumprimento da liminar. A certidão passada pelo ilustre Assessor dá notícia de que, concedida a liminar, recebeu o Diretor de Secretaria da Junta comunicação telefônica no próprio dia 19 de março às 13:55 horas, certificando nos autos e fazendo conclusos os autos ao ilustre Juiz Presidente. Daquela data até a hora em que prestou os esclarecimentos contidos na certidão, não houve qualquer despacho ou decisão a respeito da remoção do bem, sustada pela liminar, e mais, que seriam apenas estas as informações que tinha, porque o Juiz não havia comparecido nem na 2ª e 3ª feiras, dias 25 e 26 de março, porque não havia designado audiência para estes dias e que estaria ele de férias a partir do fim do recesso da Semana Santa, deixando apenas as informações para serem enviadas ao TRT, relativas ao mandado de segurança impetrado. Pelo exposto, decido: 1 - Inicialmente, devo destacar a absoluta falta de consideração por parte do MM. Juiz para com o TRT, ao receber a informação da liminar e nem usando manifestar a respeito dela e nem comunicando de que a remoção já havia sido concluída, para que pudesse ser aferida qualquer outra medida cabível, ou mesmo ser declarada prejudicada a ordem de sustação da remoção; 2 - Mais sério ainda é que, tratando-se de mandado de segurança, medida extrema que possui o jurisdicionado para busca de seu direito, deve ser dado um tratamento todo especial, inclusive das ordens emanadas do Relator do processo, pouco importando o conteúdo delas, já que cabe apenas ao Grupo de Turmas, na decisão final do mandamus, casar a liminar ou não; 3 - Ademais, mesmo que houvesse tempo razoável para dar complementação à liminar, com a expedição de mandado de entrega em devolução do bem removido, isto não seria possível, porque no momento da comunicação telefônica não havia na Junta a presença do Juiz, aliás nem havia comparecido também no dia anterior, o que tornaria inviável a complementação da liminar àquela altura. ASSIM SENDO, determino que: A - Seja comunicado imediatamente à ilustre autoridade coatora, a fim de que expeça MANDADO de entrega do veículo, em devolução ao Impetrante, ficando ele como depositário, para cumprimento em 24 horas e comunicado imediatamente à Secretaria do Grupo de Turmas; B - Informe ainda a ilustre autoridade coatora, no prazo máximo de 48 horas, de forma detalhada, as razões pelas quais após ter ciência da liminar e lhe sendo conclusos os autos desde o dia 19 de março, não tomou qualquer decisão, seja pela revogação da medida de remoção com a expedição de mandado de devolução ou mesmo qualquer comunicação da existência de anterior remoção a este Juízo; C - Após decorridos os prazos acima, deverão os autos vir conclusos, com certidão quanto ao cumprimento ou não das determinações, visto que, na recusa, outras medidas tornar-se-ão cabíveis; D - Deixo para a apreciação do Eg. Grupo de Turmas a análise final dos fatos graves até aqui acontecidos, inclusive para eventuais medidas que forem cabíveis à espécie."

Pelos termos do referido despacho, no qual, por várias vezes, o Reclamado se refere ao Reclamante como "ilustre autoridade coatora", verifica-se que não houve qualquer ofensa, ameaça ou humilhação feita ao Reclamante. O que se infere do mesmo despacho é a determinação do Juiz Relator do mandado de segurança de fazer cumprir pelo Reclamante, autoridade apontada como coatora, liminar por ele

concedida no referido mandamus, como era de seu dever, para evitar que tal liminar resultasse ineficaz.

Outrossim, nenhuma obrigação legal tinha o Reclamado de mandar publicar também as informações prestadas pelo ora Reclamante, autoridade apontada como coatora, para instrução daquele writ. Equivoca-se o ilustre Reclamante quando invoca como fundamento desta sua pretensão o "direito de resposta" assegurado pelo inciso V, do Artigo 5º, da CF vigente, que se refere exclusivamente, como dizem os seus comentaristas (cfr. IVES GANDRA MARTINS, "Comentários à Constituição do Brasil", São Paulo, 1989, 2ª vol., pgs. 45/46, e J. CRETELLA JÚNIOR, "Comentários à Constituição de 1988", RJ-SP, vol. I, pg. 213) ao delito de imprensa, com o qual não pode ser confundida a publicação de um despacho judicial, cuja finalidade é dar ciência às partes de ato praticado pelo Juízo. Com efeito, comentando o dispositivo constitucional em apreço, diz CRETELLA JÚNIOR:

"Cabe também a disciplina jurídica denominada Liberdades Públicas, a análise do relevante assunto conhecido no direito francês como 'le droit de réponse' (Cf. Jean Rivero, Les libertés publiques, v. II, pg. 228, e Jacques Robert, Libertés Publiques, 1971, 437), definido, conforme o direito francês, que repousa na lei de 29 de julho de 1881, como a 'obrigação que tem todo periódico de inserir, nos prazos e nas condições que a lei minuciosamente prescreve, a contestação que toda pessoa, nomeada ou designada num artigo, julga necessário colocar sob os olhos do leitor' (op. cit. pg. 213, com grifos do autor e acrescentados).

Demais, tal direito, como se infere claramente do comentário acima transcrito, é exercitável contra o periódico (jornal, revista, etc.) que publica o artigo considerado injurioso e não contra o autor do próprio artigo. Ora, o que pretende o Reclamante é que o Reclamado, Juiz prolator do despacho que aponta como injurioso, seja compelido a mandar publicar as informações prestadas pelo Reclamante no mandado de segurança, a que não estava legalmente obrigado. Tal direito, pois, se existisse no caso a alegada ofensa, ameaça ou humilhação, e se aplicável à hipótese o inciso V, do Artigo 5º, da CF/88, seria exercitável contra aquele Diário e não contra o magistrado Reclamado.

Por tudo o exposto, julgo improcedente a reclamação. Notifiquem-se o Reclamante e o Reclamado, remetendo-se-lhes cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 11 de setembro de 1991.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA  
Corregedor-Geral

## Superior Tribunal Militar

### Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO  
Publicação para conhecimento do interessado  
EMBARGOS Nº 46.130-6/SP

Embargante: LUIZ ADRIANO NIEL MATT, Sd. Aer.  
Embargado: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 07.05.91.  
Advogado: Dr. Paulo Rui de Godoy  
D E S P A C H O

"Com fundamento no artigo 538, do CPPM, o Sd. Aer. Luiz Adriano Niel Matt, representado pela Defensoria-de-Ofício, opõe Embargos Infringentes à Decisão desta Corte que o condenou a 2 meses de prisão, por infringência ao artigo 210, c/c os artigos 70, inciso II, letra "1" e 72, inciso I, todos do CPM, inconformado com a denegação majoritária da suspensão condicional da execução da pena, ponderando pela sua imediata libertação.

Concomitantemente, impetrou, no Augusto Pretório, pedido de concessão de ordem, incluindo postulação de outorga de medida liminar, tombado sob o nº 68.732-6/DF.

Nesta Corte Superior Castrense, os Embargos foram admitidos, não sendo apreciado o pedido de imediata libertação do Paciente em face de estar noticiado nos autos o deferimento da liminar, pelo Excelso Pretório, "in" HABEAS CORPUS nº 68.732-6/DF. Prosseguindo o curso processual, a douta Procuradoria-Geral do Ministério Público Militar se pronunciou, favoravelmente, ao acolhimento dos Embargos.

Advindo o julgamento, em 13 de agosto do fluente ano, a 2ª Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos, deferiu o "habeas corpus" e concedeu ao Paciente o benefício da suspensão condicional da pena, cabendo ao Juiz de primeiro grau fixar as condições e presidir à audiência admonitória. O Acórdão pretoriano recebeu a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS". Suspensão condicional da pena.

O réu tem direito subjetivo à obtenção do "sursis", desde que satisfeitos os requisitos legais. Art. 84 do Código Penal Militar.

"Habeas Corpus" conhecido e deferido."

Diante da veneranda decisão pretoriana, publicada no Diário da Justiça de 30 de agosto de 1991, página 11.637, que concedeu o benefício da suspensão condicional da execução da pena imposta ao Embargante, o que era colimado nestes Embargos Infringen-



tes, J U L G O, com fulcro no artigo 18, inciso V, do Regimento Interno, prejudicado o pedido, por manifesta perda de objeto. Publique-se para conhecimento dos interessados e archive-se".

Brasília, 10 de setembro de 1991

TEN. BRIG. DO AR GEORGE BELHAM DA MOTA  
Ministro-Relator

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA  
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

#### HABEAS CORPUS

32.743-6 - RS - Rel. Min. Dr. ALDO FAGUNDES. Pacte.: MARIONE ROGOVSKI, civil, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Comandante do 9º Batalhão Logístico, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão e trancada a ação penal. Impte.: Dra. Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal concedeu a ordem, determinando o trancamento da instrução provisória e o arquivamento dos autos. (Sessão de 13.08.90).

EMENTA: INSUBMISSÃO. Comprovado nos autos que o conscripto não tomou conhecimento, nem da data nem do local para sua apresentação, é ilegítimo o Termo de Insubmissão contra ele lavrado, que, assim, se constitui em constrangimento ilegal, bastante para solução a-través do remédio heróico. Ordem concedida. Anulado o Termo de Insubmissão e trancada a ação provisória. Decisão por maioria.

32.753-3 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. WILBERTO LUIZ LIMA. Pactes.: JOÃO HENRIQUE DA SILVEIRA, DALTRO MODESTO DE OLIVEIRA, ARNO SELMAR SCHMITT, EDENIR DUTRA MACHADO, ANTONIO JOEL RESENDE DA SILVA, AIRTON GARCIA DA SILVA, ALVARINO KELLER, LEODATO SOARES LOPES e GERACI COELHO, civis, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal, por parte do Comandante do "Regimento Mallet", pede a concessão da ordem para que sejam anulados os Termos de Insubmissão dos sete primeiros e os Termos de Deserção dos dois últimos, bem como o trancamento das ações penais. Impte.: Dr. Ailton Fernandes Rodrigues.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal homologou o despacho concessivo do writ, exarado pela Presidência. (Sessão de 06.08.90).

EMENTA: Delitos de Insubmissão, inteligência dos arts. 123, IV c/c os arts. 125 VI, e 129 e art. 131, todos do CPM e de Deserção, inteligência do art. 123, IV e 132, ambos do Diploma Penal Castrense. Homologada a Decisão proferida ad referendum do Tribunal, que conheceu e concedeu a ordem impetrada e determinou o trancamento das instruções provisórias.

32.754-1 - PA - Rel. Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA. Pacte.: CARLOS CESAR SILVA NASCIMENTO, Sd.Ex., preso por sentença do Con-

selho de Justiça do 23º BIS, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal e incompetência do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Impte.: Drª Suely Pereira Ferreira.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal homologou o despacho concessivo do writ, exarado pela Presidência. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: DESERÇÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE JURISDIÇÃO DO CONSELHO. Os Conselhos de Justiça nos estabelecimentos militares, funcionam por

um trimestre, art. 17 da LOJM. Constitui constrangimento ilegal a decisão proferida por, órgão constituído fora dos limites da lei. A substituição de alguns membros do Colegiado, não caracteriza prorrogação do Conselho, e seus atos são nulos. Ordem deferida para declarar nulo o processo e determinar o trancamento da ação penal. Decisão unânime.

32.755-0 - ES - Rel. Min. Gen. Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Pacte.: JORGE CARLOS BARBOSA, ex-PM/ES, recolhido ao presídio do QCG PM/ES, pede, liminarmente a, anulação do processo que respondeu perante a Justiça Militar Estadual, alegando cerceamento de defesa e violação de normas processuais, requerendo a consequente expedição do Alvará de Soltura. Impte.: Drs. Arlon José de Oliveira e Elfrida Krüger.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu do writ, (Sessão de 27.06.91).

EMENTA: (HABEAS CORPUS) - I - Writ que tem por escopo a soltura do paciente, pugna pela existência de nulidade no processo. II - pleito que refoge a esfera de competência do Egrégio Superior Tribunal Militar, posto que, a autoridade judiciária Estadual, em causa, de modo algum a este se vincula, nos termos do Art 124 da Carta Mandamental, ou ainda, a teor do contido na Lei substantiva ou adjetiva penal e Lei de Organização Judiciária Militar Vigentes.

III - À UNANIMIDADE, não foi conhecido o writ, por falta de competência desta Corte para apreciá-lo.

32.756-8 - DF - Rel. Min. Dr. PAULO CESAR CATALDO. Pacte.: ROBSPI ERRE LOBO DE CARVALHO, conscripto, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impte.: LUIS CARLOS GUEDES, Cel Ex Cmt do B.P.E.B.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal referendou o despacho concessivo do writ, exarado pela Presidência, e determinou o arquivamento da instrução provisória. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS: INSUBMISSÃO. ERRO ADMINISTRATIVO NA LAVRATURA DO TERMO. Civil que não se apresenta à OM para incorporação na data limite. Precedente a formal autorização outorgada pela Delegacia Especial do Serviço Militar, consentindo que o paciente se ausentasse do País. Inexistência de infração penal. Manifesto equívoco da Administração Militar na lavratura do Termo. Ordem deferida monocraticamente em período de férias. Decisão referendada para trancamento da instrução provisória. Unânime.

### COLEÇÃO OBRAS DE RUI BARBOSA

Seis títulos versando sobre os mais variados temas, entre os quais a *Embaixada a Buenos Aires*, *Questão Minas x Werneck* (2 Tomos), *Discursos Parlamentares e Trabalhos Jurídicos*.

Aquisições: Imprensa Nacional.

SIG — Quadra 06 — Lote 800 —  
CEP: 70604 — Brasília/DF. Informa-  
ções: Seção de Divulgação da IN. Fones:  
(061) 321-5566 R. 305, 309, 325 ou 328;  
226-6812.

Não operamos com reembolso postal.

### OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA

VOL XLIX 1922  
TOMO I

O CASO DA SÃO PAULO  
NORTHERN RAILROAD COMPANY

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA  
Rio de Janeiro



32.757-6 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar CHERUBIM ROSA FILHO. Pácte.: CARLOS ALBERTO DALTRO DOS SANTOS, Sd. Ex., preso respondendo a processo perante a 1ª Aud. Ex da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem para que possa aguardar em liberdade a conclusão de seu processo. Impte.: Dra. Clarice do Nascimento Costa.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal homologou o despacho concessivo do writ, exarado pela Presidência. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: LIBERDADE PROVISÓRIA. I. Faz jus à liberdade provisória o paciente que responde a processo por crime cuja pena não exceda a dois anos de detenção e não esteja relacionado dentre aqueles expressamente ressalvados pelo art. 270, alínea "b", do CPPM, desde que o réu preencha os requisitos objetivos da Lei Adjetiva Castrense. II. A não-conclusão da instrução criminal no prazo de cinquenta dias, estando o acusado preso, contados da data do recebimento da denúncia, constitui justa causa para a concessão do writ, caso o réu e/ou o seu defensor não tenha concorrido para o atraso. Inteligência do art. 390 do Código de Processo Penal Militar. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal homologou o Despacho exarado pela Presidência que conheceu do pedido e concedeu a Ordem.

32.758-4 - SP - Rel. Gen. Ex. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS. Pácte.: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, Cb. Ex. reformado, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte dos Srs. Comandante do Comando Militar do Sudeste e do Chefe do Serviço de Polícia do QGCMSE, pede a concessão da ordem para que possa entrar normalmente no referido QG, sem o acompanhamento de escolta. Impte.: O Paciente.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu do pedido. (Sessão de 20.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Pleito de cunho meramente administrativo e, por via de consequência, não alcançado pelo remédio heróico imperatado (inciso LXVIII, do art. 5º da CF). Pedido que não foi conhecido por falta de amparo legal. Decisão unânime.

32.759-2 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Pácte.: LANNES DE AGUIAR GARCIA, Cel. Aer., denunciado perante a 1ª Aud. da Aer da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da Ordem para que seja sustado o ato de qualificação e interrogatório marcado para 1º de julho vindouro e, quanto ao mérito, pede ainda a exclusão do seu nome da denúncia já recebida. Impte.: O Paciente.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal homologou o despacho da Presidência quanto a liminar, e, no mérito, conheceu do pedido e denegou a ordem. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Pretensão obstativa da persecutio criminis por exclusão do paciente da exordial acusatória. Impossibilidade em face da imputatio facti ser subsumível, em tese, a fato típico, afastando, dessa forma, a falta de causa justa. Imputação jurídica, ademais, transmutável em momento processual próprio pelo Órgão acusador, Defeso, outrossim, exame aprofundado da prova na via estreita do writ. Ordem conhecida e denegada, à unanimidade.

32.761-4 - MG - Rel. Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Pácte.: MARCELO MOTA DE OLIVEIRA, conscrito, preso à disposição do CMT do 4º GAC, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão, sem renovação, e, consequentemente, posto em liberdade. Impte.: Dra. Angela Maria Amaral da Silva.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem, determinando o trancamento da ação penal, sem renovação, com a expedição do alvará de soltura, se por aí não estiver preso. (Sessão de 08.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. FALTA DE JUSTA CAUSA para prosseguimento da ação penal. Termo de Insubmissão lavrado em razão de erro da Administração Militar. Ordem concedida, por unanimidade.

32.762-2 - RS - Rel. Min. Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Páctes.: ORESTES TASQUETO, VERGILINO HAINENREDER MODEL, CLAIR MACHADO DE OLIVEIRA, NILDO VALDEMAR NICKHORN e SANDRO LUIZ DA SILVA PEREIRA, Civis, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal, os três primeiros por parte do CMT do 3º GAC, o quarto por parte do CMT do 17º BI e o último por parte do CMT do 29º GAC, pedem a concessão da ordem para que sejam anulados os respectivos Termos de Deserção e Insubmissão, bem como o trancamento das ações penais. Impte.: Dra. Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem em favor dos insubmissos ORESTES TASQUETO, CLAIR MACHADO DE OLIVEIRA, NILDO VALDEMAR NICKHORN e do desertor VERGILINO HAINENREDER MODEL, para anular os Termos de Insubmissão e Deserção lavrados contra os mesmos, determinando o trancamento das instruções provisórias. Ainda, por unanimidade, concedeu a ordem em favor do paciente SANDRO LUIZ DA SILVA PEREIRA, para anular o Termo de Insubmissão contra ele lavrado, determinando o trancamento da instrução provisória. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. NULIDADE DOS TERMOS DE DESERÇÃO E INSUBMISSÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. IRREGULARIDADE NA INSTRUÇÃO PROVISÓRIA. O reconhecimento da extinção da punibilidade, pela prescrição da ação penal, nos crimes de deserção e insubmissão, torna-se imperativo quando atingido o limite etário previsto na lei substantiva penal castrense. A jurisprudência da Corte Superior Militar se orienta no sentido de que, havendo erro ou equívoco da administração militar, como no presente caso, é viável a concessão do writ a fim de sanar o constrangimento. Concedida a ordem. Decisão unânime.

32.765-7 - RS - Rel. Min. Dr. PAULO CESAR CATALDO. Páctes.: GREGÓRIO ALBERTON FERREIRA, JESUS DE OLIVEIRA SAMUEL, ROBERTO DE ALMEIDA, ROMEU RODRIGUES, ODAIR RENATO MANICA PANICHI, SANTO PEREIRA DIAS e JOSÉ OVIDIO COPSTEIN WALDEMAR, civis, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal, os seis primeiros por parte do CMT do "Regimento Malett" e o último por parte do CMT do 19º GAC, pedem a concessão da ordem para que sejam anulados os respectivos

Termos de Deserção e Insubmissão, bem como o trancamento das ações penais. Impte.: Dr. Aírton Fernandes Rodrigues.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem em favor de todos os Pacientes. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. INSUBMISSÃO E DESERÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO DECURSO DO LAPSO PRESCRICIONAL. Pacientes das classes de 1943, 1947 e 1948, contra quem lavrados Termos de Insubmissão. Principiando o especial decurso do prazo prescricional da data em que atingida a idade de trinta anos, têm-se que há mais de um decênio ocorreu a prescrição. Quanto ao Paciente derradeiro, praça desertor, a extinção se operou com o implemento de quarenta e cinco anos de idade, ex vi legis, em 1988. Ordem deferida para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Unânime.

32.766-5 - RS - Rel. Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA. Pácte.: MIRSON GASPARD ROTH, civil, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Comandante do 9º Batalhão Logístico, pede a concessão da ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão com o consequente trancamento da Ação Penal. Impte.: Dr. Aírton Fernandes Rodrigues.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem e determinou o trancamento da ação penal. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. INSUBMISSÃO. TRANCAMENTO DA INSTRUÇÃO PROVISÓRIA. Justifica-se o trancamento da instrução provisória, quando a alegada falta de justa causa reponta prima facie. Na hipótese, é inapreciável a causa impeditiva de comparecimento à organização militar, em data prevista para incorporação. Maxime, quando a autoridade militar tenha tomado conhecimento oficialmente do grave acidente do paciente, com recuperação duvidosa. Pedido deferido para trancamento da instrução provisória, por falta de justa causa. Decisão unânime.

32.767-3 - AM - Rel. Min. Dr. ALDO FAGUNDES. Pácte.: ANTONIO PAULO DOS SANTOS JUNIOR, 3º Sgt. Ex, preso em flagrante, respondendo a processo perante a Aud. da 12ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Juízo, pede a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Impte.: Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. A prisão em flagrante deve ser relaxada quando, como no caso dos autos, inexistem razões justificadas para a prisão preventiva. Atendidos os pressupostos do CPPM, Art. 270, alíneas "a" e "b" do seu parágrafo único, deve o réu acompanhar em liberdade a ação penal contra ele proposta. Concedida a ordem. Decisão unânime.

(Publicação para fins do Art. 145 do RI/STM)

32.742-8 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar. JORGE JOSÉ DE CARVALHO. Impte.: GONÇALO DOS SANTOS SOARES NETO, 3º Sgt. Ex, preso por sentença do CJ da Escola de Equitação do Exército, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que possa aguardar em liberdade o julgamento do recurso de Apelação. Impte.: Dra. Lúcia Maria Lobo.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal conheceu do pedido e denegou a ordem. (Sessão de 13.08.91).

EMENTA: - HABEAS CORPUS - Incabível em sede de Habeas Corpus o Exame aprofundado de prova. Recurso de Apelação existente, com o que deve o Tribunal reservar-se para o exame da mesma. Inexistência de constrangimento e coação ilegal sofridos pelo Paciente. Por maioria, a Corte conheceu e negou a Ordem por falta de amparo legal.

32.763-0 - BA - Rel. Min. Gen. Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Pácte.: ADALTO SANTOS FARIAS, Cb Mar, denunciado perante a Auditoria da 6ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja declarado nulo o processo por incompetência da Justiça Militar. Impte.: Dr. Adhemar Marcondes de Moura.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal denegou a ordem. (Sessão de 06.08.91).

EMENTA: (HABEAS CORPUS) - I - Writ que, arrimado no constrangimento ilegal, pleiteia anulação do Processo a que responde o paciente, pugnando pela incompetência da Justiça Militar. II - Razões de impetração, que não logram por demonstrar a ocorrência de qualquer ato coercitivo. III - Plenamente demonstrado nos autos, que o paciente é militar em serviço ativo e que o crime foi perpetrado em lugar sujeito a administração militar, incursionando-o no art. 205, c/c o art. 30, inciso II do CPM. IV - À UNANIMIDADE, denegada a ordem por falta de amparo legal.

#### PETIÇÃO ADMINISTRATIVA

63-2 - PA - Rel. Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA. Rel p/o Acórdão Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Peticionário. ALFONSO MARTINEZ GALIANO, Juiz-Auditor da Aud. da 8ª CJM.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal indeferiu o pedido. (Sessão de 30.04.91).

EMENTA: PETIÇÃO ADMINISTRATIVA. Decisão do Tribunal sobre a matéria objeto da petição administrativa em oportunidade pretérita. Persistência das razões que fundamentaram a decisão anterior. Indeferimento do pedido. Decisão majoritária.

#### QUESTÃO ADMINISTRATIVA

246-1 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. ADILSON DE VASCONCELLOS LEAL, Juiz-Auditor aposentado, requer revisão de seus proventos, com o deferimento da vantagem do art. 184, inciso I da Lei nº 1.711/52, a contar da data de sua aposentadoria voluntária.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deferiu o pedido nos termos formulados. (Sessão de 28.06.91).



**EMENTA:** QUESTÃO ADMINISTRATIVA. Magistrado. Aposentadoria. Acréscimo estatuído no art. 184, inciso I da Lei nº 1.711/52. Precedentes, inclusive desta Corte. Preenchimento do requisito necessário à obtenção da aposentadoria voluntária. Deferida a pretensão, em decisão uniforme.

#### RECURSO CRIMINAL

5.986-0 - SP - Rel. Min. Ten. Brig do Ar JORGE JOSÉ DE CARVALHO. Recte.: O MPM junto à 1ª Aud. da 2ª CJM. Recdo.: O Despacho do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 1ª Aud. da 2ª CJM, de 21.03.91, que rejeitou a denúncia oferecida contra o 2º Sgt. Ex. CARLSON CIRINEU BARBOSA AGOSTINHO, como incurso no art. 303, § 3º, do CPM.

**DECISÃO:** POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento ao recurso para, cassando o despacho hostilizado, receber a denúncia, determinando o prosseguimento do feito. (Sessão de 20.06.91).

**EMENTA:** RECURSO CRIMINAL - Recurso do MPM contra Despacho de Juiz-Auditor que rejeitou a denúncia oferecida pelo órgão ministerial. Havendo a descrição do crime em tese, cabe ao Juiz aceitar a denúncia sob pena de estar pré-julgando o feito antes do início da instrução criminal. No caso in tela, a peça vestibular preenche os requisitos apontados pelo art. 77 do CPPM, não ferindo quaisquer dos requisitos do art. 78 do mesmo diploma legal. Por maioria, o Tribunal conheceu e deu provimento ao Recurso para cassar a decisão do Juiz-Auditor e, conseqüentemente determinar o recebimento da denúncia rejeitada.

5.990-9 - PR - Rel. Min. Gen. Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANA. Recte.: O MP junto à Aud. da 5ª CJM. Recdo.: O Despacho do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da Aud. da 5ª CJM, de 25.04.91, que determinou o arquivamento dos autos do IPM referente à civil LEONI KRACIK DE ALMEIDA.

**DECISÃO:** POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento ao recurso, para de terminar a remessa de cópia de peças do IPM à Justiça do Estado do Paraná. (Sessão de 13.06.91).

**EMENTA:** (RECURSO CRIMINAL) - I - Delito que não se insere como de competência da Justiça Militar. II - Razão parcial assiste ao Órgão Ministerial, quando no propósito da "persecutio criminis", alvítra pelo desarquivamento e remessa dos autos à Justiça Comum. III - Evidente nos autos não haver pluralidade de agentes, restando como responsável pelo acidente a motorista civil, não se caracterizando a continência. IV - O arquivamento dos autos no Juízo Militar, implicaria em considerar, prematuramente, a absolvição da motorista civil, sem o conhecimento da autoridade judiciária competente. V - POR MAIORIA, dado provimento ao recurso do MPM para, reformando parcialmente o despacho recorrido, determinar a remessa de cópias de peças do IPM à Justiça do Estado do PARANÁ.

5.993-7 - SP - Rel. Min. Gen. Ex. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS. Recte.: O MPM junto à 2ª Aud. da 2ª CJM. Recda.: A Decisão do CPJ da 2ª Aud da 2ª CJM, de 21.05.91, que declarou sua própria competência para pro-

cessar e julgar o Sd. Ex. CRISTIANO FERRAZ RODRIGUES, como incurso no art. 187 do CPM. Adv. Dr. Paulo Rui de Godoy.

**DECISÃO:** À UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu do recurso, concedendo, em consequência, Habeas Corpus, de ofício, para anular o processo a partir do recebimento da denúncia, desconstituindo, ainda, a decisão recorrida, determinando, finalmente, a remessa dos autos ao Presidente do Conselho de Justiça do 37º BIMtz, para que decida pelo recebimento ou não da denúncia. (Sessão de 13.08.91).

**EMENTA:** RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA DAS UNIDADES. AUSÊNCIA DO CONTRADITÓRIO. Recurso que não é conhecido, uma vez que não foi observado o disposto no art. 519, in fine, do CPM. Por outro lado, verifica-se, ainda, que o acusado está sofrendo constrangimento ilegal, sanável por via de Habeas Corpus, por estar sendo processado por Juízo incompetente, uma vez que responde a Processo de Deserção oriundo do Exército, de competência exclusiva dos Conselhos de Justiça das Unidades (precedentes desta Casa e do Eg. STF). Recurso não conhecido. Concedido Habeas Corpus de ofício para anular o presente processo a partir do recebimento da exordial acusatória, desconstituindo-se, ainda, a Decisão recorrida. Por derradeiro, determinou-se a remessa dos autos ao Presidente do CJU do 37º BIMtz, para que decida pelo recebimento ou não da denúncia. Decisão Unânime.

5.995-0 - PR - Rel. Min. Dr. ALDO FAGUNDES. Recte.: O MPM junto à Auditoria da 5ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmo. Sr. Juiz-Auditor Substituto da Aud. da 5ª CJM, de 30.04.91, que rejeitou a denúncia oferecida contra o Sd. Ex. ROGÉRIO RODRIGUES DE ASSIS PEREIRA, como incurso no art. 264, inciso I, c/c o art. 266, primeira parte, tudo do CPM. Adv. Dr. Edgar Leite dos Santos.

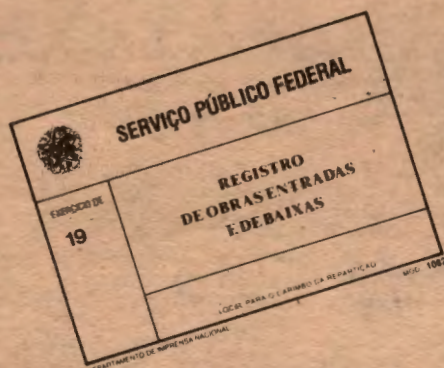
**DECISÃO:** À UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento ao recurso para cassar o despacho de fls. 123, e receber a denúncia determinando o prosseguimento do feito. (Sessão de 08.08.91).

**EMENTA:** DANO CULPOSO. Se a denúncia descreve corretamente o fato investigado no IPM e lhe dá a capitulação prevista no CPM, como "in casu", não pode ser rejeitada "in limine". O debate doutrinário em torno do dano culposo não o suprime do CPM, nas hipóteses nele referidas. Provido o recurso criminal interposto pelo MPM e recebida a denúncia. Decisão unânime.

#### REVISÃO CRIMINAL

1.242-3 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Rev. Min. Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Repte.: SÔNIA REGINA MOURA, civil, solicita Revisão Criminal do Acórdão do STM de 18.06.87, proferido nos autos da Apelação nº 44.871-3, referente a GALVÃO ROBERTO WEBER. Adv. Dr. Arthur Xavier de Araújo.

**DECISÃO:** À UNANIMIDADE, o Tribunal, preliminarmente, não conheceu do pedido. (Sessão de 20.06.91).



#### BIBLIOTECAS:

Encontra-se à venda neste órgão o livro-tombo para "REGISTRO DE OBRAS ENTRADAS E DE BAIXAS - MODELO 1082"

#### INFORMAÇÕES:

phones: (061) 321-5566 R. 305, 308, 309, 325 ou 328; (061) 226-6812.

End.: SIG - Q. 06 - Lote 800 - Brasília - DF.

## DIÁRIO OFICIAL EM MICROFICHA

Talvez você não tenha atentado para as vantagens que o *Diário Oficial* em microficha oferece.

Rápido acesso e alta durabilidade das informações, redução de espaço de armazenagem; sessenta páginas por microfichas e fácil manuseio.

As grandes empresas nacionais e internacionais já descobriram a qualidade e a eficiência do *Diário Oficial* em microficha. Lançamento exclusivo da Imprensa Nacional.

#### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - SEÇÃO I EM MICROFICHAS DIAZO (35 mm)

PREÇO UNITÁRIO PARA CADA ROLO	Cr\$ 7.075,32 + Porte	Cr\$ 356,00	TOTAL	Cr\$ 7.431,32
MICROFICHA AVULSA	Cr\$ 102,88 + Porte	Cr\$ 356,00	TOTAL	Cr\$ 458,88
COLEÇÃO MENSAL	Cr\$ 6.172,80 + Porte	Cr\$ 7.832,00	TOTAL	Cr\$ 14.004,80
COLEÇÃO TRIMESTRAL	Cr\$ 18.518,40 + Porte	Cr\$ 23.496,00	TOTAL	Cr\$ 42.014,40
COLEÇÃO ANUAL	Cr\$ 74.073,60 + Porte	Cr\$ 93.984,00	TOTAL	Cr\$ 168.057,60
ASSINATURA TRIMESTRAL	Cr\$ 18.518,40 + Porte	Cr\$ 23.496,00	TOTAL	Cr\$ 42.014,40

COMO ADQUIRIR: Envie cheque nominal para a Imprensa Nacional. Sendo órgão público, enviar, junto com o pedido, cópia da N. E. à SEÇÃO DE ASSINATURAS E VENDAS: SIG Q. 06 - LOTE 800 - Brasília - DF - CEP 70604. Fone: (061) 321-5566 R. 317 ou 314 ou SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO - R. 305, 308, 309, 325 ou 328.



**EMENTA:** REVISÃO CRIMINAL. Pedido formulado post mortem, por quem atribuiu-se a condição de ex-companheira do de cujus. Ausência de comprovação de convivência more uxorio. Obstáculo intransponível ao conhecimento do feito. Pedido não conhecido, em decisão uniforme.

Brasília, 12 de setembro de 1991, VISTO: ANTONIO ALVES CRISPIM, Vice-Diretor no exercício da Diretoria; DENISE GALARDO A. DUTRA, Supervisora II; SIRLENE GOMES DE ALMEIDA, Supervisora III.

### Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 55ª SESSÃO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1991 - TERÇA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO DR ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE,  
NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

Presentes os Ministros Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Al do Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Raphael de Azevedo do Branco, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna e Eduardo Pires Gonçalves.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

**APELAÇÃO 46.421-4 - PE -** Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** RONALDO ARRUDA DOS SANTOS, 39º Sgt Ex, condenado a 7 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 72, inciso II, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 14º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 18 de junho de 1991. Advª Drª Ivone Cerqueira de Carvalho. - **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa, e não conhecida a argüida pela PGJM e, NO MÉRITO, dá o provimento parcial ao apelo para fixar a pena-base em 7 meses de detenção, tornando-a definitiva de acordo com a orientação jurisprudencial desta Corte, retificando a fundamentação da Sentença para a do art 192 do CPM, determinando a detração penal, na forma do art 67 do citado diploma legal e a conversão da pena de detenção em prisão, ex vi do art 59, do referido decreto-lei.

**HABEAS-CORPUS 32.770-3 - RJ -** Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. **PACIENTE:** RENAN BARCELLOS PAGANI, Sd Ex, alegando encontrar-se preso em cumprimento à Sentença do Conselho de Justiça do 1º Batalhão de Guardas do Rio de Janeiro e estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da ordem para que possa aguardar em liberdade o julgamento do recurso de apelação. Impetrantes: Drs Elton Sora Salles de Campos Borges e Clarice do Nascimento Costa. - **POR UNANIMIDADE**, foi conhecido o pedido e denegada a ordem.

**HABEAS-CORPUS 32.780-0 - RS -** Relator Ministro George Belham da Motta. **PACIENTE:** MARCO ANTONIO MACEDO DE SOUZA, conscripto, pede a concessão da ordem para que seja anulado o termo de Insubmissão. Impetrante: Ten Cel Ex Fernando Sérgio Galvão, Cnte do 3º RCGD. - **POR UNANIMIDADE**, foi conhecido o pedido e concedida a ordem, para anular o termo de Insubmissão, ficando indevidamente contra o Paciente, determinando o trancamento da instrução provisória.

**APELAÇÃO 46.337-4 - RJ -** Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** JORGE RIBEIRO DE ARAÚJO, Cb FN, condenado a 6 meses de prisão, incurso no art 187 do CPM, com o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 14/03/91. Advª Drª Tânia Sardinha Nascimento. **(SESSÃO SECRETA)**

**APELAÇÃO 46.388-9 - RS -** Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria da 3ª CJM e CARLOS ALBERTO RODRIGUES, Sd Ex, **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 16/04/91, que condenou o apelante a 6 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 72, incisos I e III, alínea "a", ambos do CPM. Advª Drª Benedita Marina da Silva. **(SESSÃO SECRETA)**

**APELAÇÃO 46.408-7 - DF -** Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** JONES ALEXANDRE FRIPP DE ALMEIDA, Sd Ex, condenado a 3 meses de impedimento, incurso no art 183, c/c o art 72, incisos I, II e III, alínea "a", ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 58º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 15 de maio de 1991. Advs Drs Elizabeth Diniz Martins Souto e Alexandre Lobão Rocha. **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo, mantendo-se a Sentença recorrida. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO PAULO CÉSAR CATALDO)**.

**APELAÇÃO 46.369-2 - RJ -** Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** PEDRO DA SILVA FILHO, Sd Ex, condenado a 3 meses e 23 dias de prisão, incurso no art 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 21º Grupo de Artilharia de Campanha, de 17 de abril de 1991. Advª Drª Lúcia Maria Lobo. **POR UNANIMIDADE**, foram rejeitadas as preliminares suscitadas pela Defesa por falta de amparo legal e, NO MÉRITO, negado provimento ao apelo, mantendo-se a Sentença recorrida.

**APELAÇÃO 46.332-1 - RJ -** Relator Ministro Antônio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Wilberto Luiz Lima. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 06/02/91, que absolveu o 1º Ten Temp Ex PAULO ROBERTO ROLLEMBERG CRUZ MACHADO, do crime previsto no art 209, parágrafo único, do CPM. Adv Dr Cid Machado. **(SESSÃO SECRETA)**. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO PAULO CÉSAR CATALDO)**

**APELAÇÃO 46.391-9 - SP -** Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª Auditoria da 2ª CJM. **APELADA:** A Decisão do Conselho de Justiça do 37º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 22/04/91, que declarou o insubmisso VALTER ALFREDO DOS SANTOS, isento do processo e da inclusão, determinando, em consequência, o arquivamento da documentação pertinente a insubmissão do mesmo. Adv Dr Reinaldo Silva Coelho. **-POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso, para declarar nulo o processo, ab initio, sem renovação, com fulcro no art 500, inciso III, alíneas "a" e "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo-se HC de ofício para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento dos autos. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO PAULO CÉSAR CATALDO)**.

**PETIÇÃO 428-5 - DF -** Relator Ministro Antônio Carlos de Nogueira. **PETICIONÁRIO:** Dr HELMO DE AZEVEDO SUSSEKIND, Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar. **-POR UNANIMIDADE**, não foi conhecido o pedido. **(PRESIDÊNCIA DO MINISTRO PAULO CÉSAR CATALDO)**.

Publica-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, a decisão relacionada com o processo julgado na 53ª Sessão, em 29 de agosto do ano em curso:

**APELAÇÃO 46.359-3 - CE -** Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 10ª CJM e KLEBER SALES DE LIMA, 3º Sgt Ex. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 10ª CJM, de 14 de março de 1991, que condenou o apelante a 1 ano, 04 meses e 24 dias de reclusão, como incurso nos arts 298 e 223, ambos c/c os arts 48, parágrafo único, e 79, todos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Advs Drs Antonio Jurandy Porto Rosa e Carlos Henrique da Rocha Cruz. **-POR MAIORIA**, foi dado provimento parcial aos apelos do Ministério Público Militar e da Defesa para, reformando a Sentença a quo, absolver o apelante, apelado do delito previsto no art 223, do CPM e, mantendo a condenação pelo art 298 c/c o parágrafo único do art 48 do citado decreto-lei; reduzir a pena a 8 meses de reclusão, convertida em prisão, com o benefício do sursis pelo prazo de 2 anos, nas condições do Acórdão. Os Ministros REVISOR, JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, CHERUBIM ROSA FILHO, WILBERTO LUIZ LIMA e JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO negavam o sursis. Os Ministros RELATOR, GEORGE BELHAM DA MOTTA, JORGE JOSÉ DE CARVALHO e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA davam provimento aos apelos para absolver, com fulcro no art 439, alínea "b", do CPPM. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS negava provimento para ambos os apelos, mantendo a Sentença a quo, concedendo o sursis com fundamento no art 270, parágrafo único, letra "b", do CPPM. **POR MAIORIA**, foi determinada a remessa de cópia do Acórdão ao Comando da 8ª RM, para atendimento da recomendação contida nos laudos psiquiátricos, constantes dos autos. Os Ministros RELATOR e GEORGE BELHAM DA MOTTA farão voto vencido. O Ministro REVISOR apresentará voto vencido quanto à concessão do sursis. **(SUBPROCURADOR-GERAL DA JM, DR PAULO DUARTE FONTES)**.

A Sessão foi encerrada às 18:25 horas:

#### Processos em mesa:

Apelação 46.390-9 (GB/EG) 2ª/2ª proc 01/91-0 Adv Octávio D.M. e Barros  
Apelação 46.410-9 (RB/EG) 1ª Ex proc 510/91-9 Advª Clarice do N.Costa  
Apelação 46.373-9 (JS/AF) 2ª Mar proc 09/90-1 Advª Eliane O.L.Freire  
Representação 1.067-6 (JC) 1ª Aer VISTA ST  
Apelação 46.438-9 (LL/ST) 3ª/2ª proc 501/91-0 Adv Octávio D.M. e Barros  
Sindicância 10-0 (JS) 1ª Ex  
Mandado de Segurança 213-8 (RB) 3ª/3ª  
Apelação 46.374-7 (AN/GB) 2ª Mar proc 22/90-8 Advª Eliane O. de L.Freire  
Embargos 46.254-0 (AN/RB) 2ª/2ª Inquerito 15/88 Adv Paulo Rui de Godoy  
Apelação 46.363-1 (EG/LL) Aud 12ª proc 13/90-3 Adv João Gomes Luchsinger  
Embargos 46.251-5 (GB/AF) Aud 7ª Inquerito 39/90 Advª Ivone C. de Carvalho  
Apelação 46.419-2 (RB/ST) 2ª/3ª proc 505/91-2 Adv Marcelo Martinelli  
Apelação 46.385-2 (RB/AN) Aud 11ª proc 12/91-9 Adv Alexandre Lobão Rocha  
Apelação 46.413-1 (RB/ST) 2ª/2ª proc 06/91-1 Adv Orbino Domingues Vieira  
Representação p/ Decl. de Indignidade 020-2 (RB/AN)  
Apelação 46.425-7 (JS/ST) Aud 11ª proc 527/91-9 Adv Alexandre L. Rocha

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

#### Pauta de Julgamentos

##### PAUTA Nº 107

- **APELAÇÃO Nº 46.450-6 -** Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Adv Dr Adhemar Marcondes de Moura.  
- **APELAÇÃO Nº 46.411-5 -** Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. Adv Dr Walter de Carvalho.  
- **APELAÇÃO Nº 46.458-3 -** Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Adv Dr Benedito de Jesus Pereira Tavares.



Organizada pelo Ministério Público Militar da União.

## REVISTA DE DIREITO MILITAR

Número 11 — 1984

191 páginas

Informações:  
SIG — Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF. Fones: (061) 321-5566 — R. 305, 308, 309, 325 ou 328; 226-6812



## Ministério Público da União

Procuradoria Geral da República

Ministério Público Federal

PORTARIA Nº 439, DE 13 DE SETEMBRO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Telex nº 557, de 6-9-91, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, resolve:

Designar o Doutor PEDRO HENRIQUE TÁVORA NIESS, Procurador da República de 1ª Categoria, para, no período de 07 de outubro a 05 de novembro de 1991, exercer a representação do Ministério Público Federal perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em virtude do afastamento do Doutor Pedro Spyridion Yannoulis em gozo de férias.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

## Editais e Avisos

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

### Partidos Políticos

EDITAL EXPEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 91, DA RESOLUÇÃO-TSE Nº 10.785, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980

O Exmo. Sr. Ministro VILAS BOAS, Relator do processo nº 12.167 - CIs. 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília),

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o pedido de registro do Diretório e da Comissão Executiva Nacional do Partido Democrático Social - PDS, requerido por seu Presidente, poderá ser impugnado no prazo de três dias, a contar da data da publicação do presente Edital, em petição fundamentada nos termos do art. 91, da Resolução nº 10.785/80, por qualquer Convencional.

Dado e passado aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um. Eu, PEDRO DE MELLO FIGUEIREDO, Diretor-Geral da Secretaria, subscrevo.

Ministro VILAS BOAS, Relator.

## Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Segunda Câmara

Acórdãos

RECURSO nº 1134/SC/91 Recorrente DORIVAN MATIAS TELES. Recorrida: A Seção do Estado de Goiás. Relator: Conselheiro Federal Dr. PAULO MARCELO WANDERLEY RAPOSO. Relator: "ad hoc" Conselheiro Federal Dr. ALBERTO D. M. BARRETO FILHO. EMENTA: O ato manifestamente abusivo de órgão local da OAB pode ser conhecido pelo Conselho Federal como Reclamação, embora irrecurável à Decisão. ACÓRDÃO "C" Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, por maioria de votos conhecer do recurso e no mérito por unanimidade dar-lhe provimento vencidas na preliminar as delegações de PE, RO, ES, SP, RS e TO. Sala de Sessões, 12 de julho de 1991. ANTONIO CARLOS ELIZALDE OSORIO - Presidente da 2ª Câmara. ALBERTO DEODATO MAIA BARRETO FILHO. Relator Designado. ANTONIO ILAURO DE SOUZA - Encarregado da Segunda Câmara - datilografei o presente.

### CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO DE JURISTAS E CIENTISTAS SOCIAIS

Ministério da Justiça  
Brasília - 1980

### Criminalidade e Violência

Vol. I: Relatórios dos grupos de trabalho de juristas e cientistas sociais.

370 páginas

SIG - Quadra 06 - Lote 800 - CEP: 70604 - Brasília/DF.  
Informações: Seção de Divulgação da IN. Fones: (061) 321-5566 - R. 305, 308, 309, 325 ou 328; 226-6812.

Não operamos com reembolso postal.

## Governos da República — 1984

Obra elaborada pela Divisão de Documentação do Gabinete Civil da Presidência, GOVERNOS DA REPÚBLICA relaciona, de 1889 a 1984, titulares do período Republicano e respectiva formação ministerial, incluindo, ainda, os Governadores dos Estados e Territórios e Presidentes dos Órgãos do Poder judiciário, legislativo e Tribunal de Contas da União.

Aquisições: Imprensa Nacional

